Recordemos também a história do cônego Felisberto Pereira Delgado, que foi diretor da Biblioteca lá pelos idos de 1837. Um belo dia ele foi demitido, por Decreto Imperial. Mas o cônego amava o cargo. E, de tanto amá-lo, não quis obedecer às ordens imperiais e se recusou a abandonar a função e a passar a chave da Biblioteca ao seu substituto. Durante três meses foi um ir e vir de cartas, de decretos, de conselhos, de ameaças, e o cônego não se deixava dobrar. Só abandonou a sua sala e sua escrivaninha depois que, com permissão do bispo, o juiz de Direito, junto com o delegado de polícia e uma patrulha armada o arrancou de lá, à força. Mas não entregou a chave ao substituto. Tiveram de mandar fazer outra.

Era um tempo, esse tempo de reis e de rainhas, em que o povo pouco valia por si. Os decretos e resoluções vindas do Împério não se assinavam em benefício direto da plebe, mas, sim, do imperador, símbolo da nação, poder e beneficiário absoluto, representante do povo, em tudo e por tudo. Foi assim que, em 22 de novembro de 1822, um decreto de Sua Majestade, assinado por José Bonifácio, resolveu que a Biblioteca Nacional ficaria aberta aos sábados, domingos, dias santos e feriados. Não se dava, como motivo, a necessidade de o povo precisar consultar, estudar, pesquisar. Talvez até fosse este o verdadeiro motivo. Mas, no decreto, consta o seguinte, como de praxe: "Sua Majestade Imperial" pode se'dignar ir visitar a Biblioteca da Corte em qualquer dia, e não seria respeitoso encontrá-la fechada! O povo ganhou com isso, mas, por outro lado, não consta que algum dia Sua Majestade tivesse ido ou querido ir visitar essa Casa, menos ainda para pegar livros ou fazer pesquisa. O imperador era D. Pedro I, famoso e conhecido por aventuras bem mais picantes.

Em 9 de julho de 1833, durante a Regência Trina permanente, chegou à Biblioteca o seguinte aviso, assinado pelo marquês